

## Prudência energética

*EDITORIAL. “Prudência energética”. Folha de São Paulo. São Paulo, 30 de setembro de 2017.*

Os lagos das usinas hidrelétricas estão mais vazios hoje do que no começo da primavera de 2000, o ano que antecedeu o racionamento energético de 2001, conhecido popular e imprecisamente como o período do apagão.

Em todas as grandes regiões do país, o nível médio dos reservatórios também é inferior ao registrado nos anos secos de 2014 e 2015.

Os números impressionam e certamente devem despertar preocupação e providências cautelares por parte das autoridades do setor elétrico e dos governos federal e estaduais. A perspectiva de chuvas para outubro tampouco se mostra favorável.

É preciso, entretanto, dar o devido contexto a tais dados de escassez, a fim de evitar conclusões tão drásticas como enganosas, que podem provocar mais alarmismo do que medidas racionais de contenção do consumo de água e luz.

O país dispõe agora de outras fontes de energia elétrica. Há uma década, a dependência em relação ao potencial hidráulico chegava a cerca de 83%; hoje, são 65%. O aproveitamento dos ventos resultava em mísero 0,1% da energia; atualmente, as eólicas respondem por 6% da produção nacional.

Há reservas a serem acionadas, como os geradores das termelétricas. Além do mais, o país dispõe de mais linhas de transmissão, o que facilita a redistribuição de eletricidade entre as regiões, racionalizando o uso da água e evitando restrições de consumo.

Ainda assim, há sinais de alerta a serem considerados. Nesta sexta (29), a Agência Nacional de Energia Elétrica anunciou a chamada bandeira vermelha patamar dois, um valor adicionado às tarifas.

Pela primeira vez desde 2015, quando esse sistema foi adotado, chega-se ao nível mais elevado de tarifação extra, um meio de indicar o aumento do risco de escassez de água —e da necessidade de recorrer a fontes mais caras.

A alta do custo da eletricidade para as empresas é particularmente preocupante em um momento de recuperação incipiente da economia, após brutal recessão.

Desde 2014, o país vive sob seca intermitente; no Nordeste, o fenômeno perdura desde 2012. Há racionamento de água no Distrito Federal desde o início do ano.

Apenas no início do período habitual das precipitações no Sudeste e no Centro-Oeste será possível ter mais clareza quanto à extensão da crise hídrica. Não convém, todavia, esperar tanto —ou simplesmente torcer pelas chuvas do verão, como fez o governo FHC em 2000.

De maneira prudente e tecnicamente esclarecida, é preciso estudar desde já planos e campanhas de racionalização do consumo de eletricidade e de água.